

Política Internacional: O Acordo de Paz angolano foi, de certa maneira, a regularização do que autores como Fred Bridgland chamam agora «A Guerra de África». Como vê o fim deste conflito?

General Jannie Geldenhuys: Primeiro é necessário reflectir sobre por que razão e como este conflito começou. Muito se escreveu já sobre as causas desta guerra e não desejo debruçar-me sobre este assunto de novo. Fred Bridgland descreveu-a como «...uma feroz colisão de ideologias... a intriga internacional espalhada por vários continentes».

Certamente que o fim da luta armada em Angola, durante estas últimas fases para a conclusão de todo o conflito político, teve e terá ainda significado, em termos globais, para os Estados Unidos da América, União Soviética e especialmente Cuba e África do Sul, para não mencionar Portugal. Em termos regionais e internacionais o Acordo de Paz angolano assinado pelo Dr. Jonas Savimbi e pelo Presidente José Eduardo dos Santos a 31 de Maio de 1991, em Portugal, pode ser visto como uma parcela em atraso do pacote de acordos assinados a 22 de Dezembro de 1988 em Nova Iorque, os quais estabeleceram a retirada dos cubanos de Angola e a implementação da Resolução 435 das Nações Unidas na Namíbia.

Mas penso que a sua pergunta se dirige principalmente a Angola. Sendo assim, gostaria de reconduzir os motivos por trás da guerra a simples e práticos termos locais: o Governo de unidade nacional do MPLA/FNLA/UNITA caiu em 1975. O MPLA tornou-se o único governante de Angola, apoiado pela União Soviética e mantido no poder pelos cubanos. A FNLA e a UNITA voltaram para a mata. A FNLA caiu quase no esquecimento, a UNITA sobreviveu e o seu líder, Dr. Savimbi, definiu como seu objectivo a expulsão dos cubanos do país. Certamente que ele queria ver a UNITA no poder e, de acordo com a sua linha de pensamento, a melhor maneira de o conseguir seria através de eleições. Ele sempre acreditou que tinha um apoio popular maioritário.

Para voltar à pergunta, metade do conflito já tinha acabado quando as últimas tropas cubanas deixaram o país. A importância da saída cubana, após dezasseis anos de presença, não pode ser subestimada. Para ilustrar a dimensão da presença cubana, cito de novo a sua fonte, Fred Bridgland: «Entre Novembro de 1974 e Fevereiro de 1976 Moscovo enviou aproximadamente cerca de quatrocentos milhões de dólares em armamento para Angola, para apoio ao MPLA, e apoiou a entrada de uma força militar expedicionária cubana, a qual em meados de 1976 cresceu para onze mil homens». E para nos aproximarmos mais do presente, «o MPLA tinha recebido mais de um bilião de dólares em novas armas soviéticas entre Janeiro de 1984 e Agosto de 1985, de acordo com estimativas de serviços secretos ocidentais. A força de tanques do MPLA era de quase quinhentos na altura da ofensiva de Setembro...». Nesta ocasião, os cubanos eram mais de cinquenta mil.

Presentemente, muita propaganda tem sido feita sobre quem ganhou a guerra, mas algo terrível deve ter acontecido para persuadir esta força tão formidável a não continuar a procurar alcançar a vitória militar e concordar com a retirada. Mas estou a desviar-me do assunto. A retirada cubana tem implicações muito para além dos limites de um mero significado militar. Pôs fim ao reinado de uma doutrina política antiquada e não desejada. A perestroika e a glasnost soviéticas tomaram-se a notícia do dia, a democratização tornou-se politicamente uma moda e as eleições multipartidárias tornaram-se de preceito. Mas Cuba manteve-se firme. Uma anedota popular contada em 1987 dizia que o túmulo de Lenine deveria ser transferido para Havana, porque Fidel Castro era o último homem disposto a ser o salvador do comunismo mundial.

A longa luta entre a linha dura do MPLA e aqueles que os influenciavam ou comandavam, por um lado, e os que eram a favor de um acordo negociado, por outro, chegou ao fim. A inspiração soviética e o apoio cubano à ofensiva das FAPLA contra a área controlada por Savimbi no Sueste de Angola foi a última do que se tinha tornado um hábito anual durante as décadas de setenta e oitenta. Posso recordar ter perguntado muitas vezes ao Subsecretário de Estado Americano para os Assuntos Africanos, Chester Crocker, se o MPLA não estava ainda receptivo a conversações. A resposta era sempre a mesma: o MPLA queria, «mais uma vez», esmagar a UNITA. Na opinião deles era uma possibilidade viável. A última vez foi em 1987-1988 mas não o conseguiram. A guerra não podia ser ganha. O contrário tornou-se uma possibilidade viável.

Para Savimbi, a saída dos cubanos significou que ele tinha atingido a sua primeira meta. Para o MPLA significou que só restava uma opção — um acordo político e eventualmente eleições.

Citando Clausewitz e outros, os cientistas políticos discutem, muitas vezes, se a guerra é a continuação da política e da diplomacia, ou ao contrário, se a política e o conflito armado são conduzidos em concorrência. No caso de Angola não se pode ver, sumariamente, o Acordo de Paz angolano como simples iniciador de uma nova fase de competição política, seguindo uma fase de conflito armado. Posto que os resultados do curso dos acontecimentos do período antes do acordo irão ter uma influência na situação depois do acordo, temos de facto, em calão americano, «a new bali game» — uma declaração que eu não preciso de debater.

Por muito instruídos que os cientistas políticos possam ser não poderão prever o fim do conflito por referência a uma filosofia teórica, a não ser que a mesma seja acompanhada de um conhecimento íntimo sobre África, especificamente Angola, da sua cultura e realidades práticas, existentes no presente real do dia a dia. E este o estádio onde se vai jogar a nova partida. Angola foi durante anos o campo de bata-lha das grandes potências e outros actores estrangeiros. E eles certamente continuarão a ter uma influência, que poderá ser mesmo vital para o cumprimento do processo de paz. Mas o resultado final do conflito será

decidido pelo eleitor — o homem da mata. E este facto leva-nos de novo de volta às realidades africanas. Para o eleitor, as eleições multipartidárias serão uma primeira experiência. Para o analista político, o eleitorado é uma quantidade desconhecida e ainda não testada. O apoio dos eleitores não será ganho por meio de persuasão intelectual, mas sim por causas emocionais. O eleitor comum não estará bem informado, consoante os padrões ocidentais e, se o estiver, é altamente provável que as complexidades da situação estarão fora da sua compreensão. Normalmente, num tal cenário, a confiança do eleitor num líder que ele ache estar bem informado, seja conhecedor e tenha uma visão clara de como tomar decisões sobre os assuntos de Estado, torna-se de importância decisiva. Todavia, na minha opinião pessoal, os factores decisivos nas eleições serão a confiança do eleitor nos líderes dos partidos, bem como os alinhamentos étnicos.

O outro lado desta nova partida é que a eleição não será simplesmente uma transferência do esforço militar para o político; não será simplesmente uma regularização de disputas entre dois partidos; será de facto muito mais, nomeadamente a transformação de um Estado dominado por um partido marxista numa democracia multipartidária. Não será fácil criar uma situação que dê a todos os partidos oportunidades iguais. Isto é de importância vital, especialmente no que se refere ao meio social. O que é preocupante, por exemplo, é que até agora era por vezes muito difícil, como em todos os Estados que são governados por um só partido, distinguir entre a máquina estatal e as estruturas do partido, e, para citar um velho cliché, o poder é mais forte que a lei.

Pode-se esperar que o tipo de desvios ocorridos durante o período de 1974-1975 possam de novo surgir; como certos serviços só estarem disponíveis se for dado o sinal do partido certo ou se for apresentado o cartão do partido certo.

Contudo, embora muitos problemas possam surgir, eu prevejo que as eleições serão eventualmente feitas e que todos os partidos aceitarão os resultados, pelo menos durante alguns anos.

PI: A República da África do Sul, e particularmente as SADF, desempenharam um papel bastante importante neste conflito. Quer comentar?

General Geldenhuys: Respondendo à sua primeira pergunta tentei ver através do nevoeiro da intriga internacional, concentrando-me nas realidades africanas dentro dos limites de Angola. Mas para discutir o papel da República Sul-Africana, e o das SADF em particular, tem que se olhar para o problema como um conflito regional, tal como foi.

A República da África do Sul não teve, desde 1976, razão ou vontade de influenciar a política interna de Angola através de intervenção militar naquele país. Contudo, é compreensível que, na altura dos distúrbios no status quo, a grande presença militar de cubanos em Angola, tivesse sido olhada como um obstáculo à estabilidade da região. E foi

sempre uma meta do Presidente P. W. Botha forçar a retirada cubana. Foi neste contexto que a República da África do Sul e a UNITA encontraram aspirações comuns. Daí a explicação do apoio material, moral e humanitário que foi dado a Savimbi.

E também um facto histórico que as SADF lutaram contra as investidas terroristas da SWAPO (Organização do Povo do Sudoeste Africano), de Angola para o Sudoeste Africano (Namíbia), apoiadas pelos soviéticos, alemães de Leste, cubanos e MPLA. Algumas bases militares eram ocupadas conjuntamente pelas FAPLA, pela SWAPO, com soviéticos e cubanos à mistura.

As SADF, gradualmente, e com grande êxito, conseguiram reduzir as áreas de infiltração ao longo da fronteira de uma extensão de mais de mil quilómetros para umas escassas centenas de quilómetros. A infiltração pela Zâmbia parou completamente e, como a UNITA começou a controlar o Sudoeste de Angola, a infiltração terrorista nessa parte da fronteira também cessou. Esta vantagem foi um bónus muito importante para as SADF, que estas tiveram que conservar, mesmo a alto preço e risco. Portanto, dando tudo por tudo, quando da ofensiva de 1987/1988, a África do Sul forneceu à UNITA uma força de três mil homens bem treinados, dos quais a UNITA precisava para combater a aviação e tanques das forças conjuntas de Cuba e Angola. O fim desta ofensiva, desta guerra, foi acompanhado pelas habituais reivindicações de propaganda, distorcendo a realidade. Durante uma viagem ao estrangeiro, calhou ter-me encontrado com um importante general estrangeiro que me deu uma visão muito simples, mas precisa, do resultado da guerra. Ele disse não ter dúvidas de que as forças sul-africanas e da UNITA tinham tido sucesso porque os cubanos agarravam ansiosamente todas as oportunidades, quando não as criavam, para explicar seriamente que não tinham sido derrotados. Ora, como disse Shakespeare no *Hamlet*, «The lady doth protest too much methinks» (Parece-me que a senhora protesta de mais)... Uma última palavra sobre este assunto: a missão das FAPLA e cubanos era capturar a Jamba, praça forte da UNITA. O objectivo intermédio era Mavinga. Não conseguiram, nem mesmo Mavinga. A missão sul-africana era ajudar a UNITA a deter a ofensiva. Conseguimos. Significativamente.

PI: Este arranjo reflecte um impasse militar. Por outras palavras, paz e eleições eram as únicas soluções para ambas as partes ou, na sua opinião, havia outra possibilidade militar?

General Geldenhuys: Em minha opinião, este arranjo não reflecte um impasse militar. Mesmo sem conhecer bem as regras do xadrez, um impasse significa uma situação de ponto morto, quando a jogada leva a um inconclusivo beco sem saída. Este não foi o caso em Angola. Todas as guerras acabam eventualmente através de qualquer acto político formal ou tratado de paz. Mas isso não quer necessariamente dizer que a guerra não sirva como mecanismo para resolver uma disputa. Em

Angola a guerra não foi inconclusiva, pelo *contrário*, *forçou* as negociações que levaram ao *acordo político*.

Antes, não era possível persuadir as partes da disputa política a sentar-se à mesa das negociações. A vontade de Savimbi em negociar foi pública durante muitos anos, mas a «linha dura» do MPLA estava entre ele e a mesa das negociações. O MPLA dirigia o país com uma Constituição que apenas permitia um partido único e nunca reconheceu que a UNITA tinha bases legais suficientes para ter uma palavra a dizer em negociações formais. Por isso, os beligerantes continuaram a combater. Mas a forma como a guerra se desenvolveu acabou por os convencer a recorrer aos meios políticos para resolver os seus diferendos.

Talvez existisse outra possibilidade militar, principalmente se um dos lados atingisse uma vitória decisiva e completa sobre o outro e o vencedor impusesse a sua vontade ao vencido. Mas esta possibilidade só leva a especulações fúteis. Deve-se ter em mente que esta guerra não era entre dois Estados soberanos, e que não pode ser comparada com as guerras clássicas. E mesmo que isso fosse o caso, como as declarações de guerra já passaram de moda desde a Segunda Guerra Mundial, as guerras já não são conduzidas com o objectivo último de esmagar totalmente um adversário e sujeitá-lo à vontade do conquistador. As guerras já não são um mecanismo para resolver disputas de uma forma total. Nos tempos actuais, uma guerra trava-se para atingir «objectivos limitados». Um exemplo recente é a guerra do Golfo. Os Aliados não tinham um mandato para avançarem até ao fim e submeterem militarmente o Iraque à sua vontade. Neste momento não quero julgar se isso é bom ou mau; limito-me a apontar factos para podermos perspectivar o papel das guerras dos nossos dias.

Apesar da guerra de Angola não ter sido travada até à última bala e à última gota de sangue de um dos lados, isso não significa que não tenha servido um propósito. Um objectivo limitado e muito importante foi conseguido: ultrapassou-se o beco sem saída em que se estava desde 1976 e forçaram-se as negociações que levaram ao Acordo de Paz angolano.

Perguntou-me também sobre o papel da República da África do Sul e das SADF neste conflito. A este respeito, deve-se apontar que a guerra no caso da Namíbia não criou um impasse, antes o quebrou: a República da África do Sul recusou-se a aplicar a Resolução 435 na Namíbia porque as cinco grandes potências ocidentais e as Nações Unidas não aceitavam que houvesse uma ligação *entre* a retirada das forças sul-africanas da Namíbia e a presença dos cubanos em Angola. Quando Reagan subiu ao poder reconheceu essa ligação, o que veio desencadear uma nova fase no processo de paz que, juntamente com o resultado da guerra em 1987-1988, fez com que os cubanos voltassem a casa. Isto levou aos Acordos de Nova Iorque, cujo resultado final foi uma democracia multipartidária na Namíbia, e a realização de eleições,

com a SWAPO a ganhar 57% dos lugares do Parlamento e os outros partidos os restantes 43% .

Se a independência tivesse chegado mais cedo para a Namíbia, isso teria resultado provavelmente num Estado marxista de partido único, na mesma linha de Angola e Moçambique e com a continuação da presença cubana em Angola. Isso significaria um cenário totalmente diferente.

PI: Como é que como soldado e especialista, vê o processo de verificação militar em Angola e a construção das novas Forças Armadas angolanas?

General Geldenhuys: O Acordo de Paz angolano no seu conjunto e os documentos no seu âmbito, são de leitura muitíssimo extensa: incluem o Acordo de Cessar Fogo (com todos os seus anexos), os Princípios Fundamentais para o Estabelecimento da Paz em Angola — incluindo o aspecto muito importante da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM); os princípios para resolver os problemas que ainda restam *entre o Governo angolano e a UNITA*, e o Protocolo do Estoril. Este último cobre aspectos como eleições, a CCPM, segurança interna durante o período entre o cessar fogo e as eleições, direitos políticos da UNITA depois do cessar fogo, estruturas administrativas e a formação das Forças Armadas angolanas. O conteúdo de todo este pacote é bastante complexo, pela simples razão de que tenta trazer a paz a uma situação muito complicada. Agora, deixe-me que lhe diga, que não é a quantidade de papéis que vai fazer com que o Acordo funcione. O sucesso vai depender de três factores igualmente importantes: *primeiro, a vontade das duas partes principais, o Governo angolano e a UNITA, em fazer com que o Acordo funcione. Em segundo lugar, o funcionamento eficaz da CCPM; e, em terceiro lugar, a continuação do envolvimento das partes e, muito importante, do país mediador e dos observadores-participantes do acordo, isto é, de Portugal, dos Estados Unidos e da União Soviética.* As Nações Unidas servem como um bónus muito útil, mas, mesmo assim, um bónus. Um último recurso. Estou convencido que ambas as partes principais têm a vontade de fazer com que o acordo funcione. Como a sua implementação continua a progredir, será cada vez mais difícil para qualquer das partes saltar para fora: um processo de paz deste tipo adquire o seu próprio movimento, atingindo um ponto em que já não é possível ninguém abandonar o barco.

Não tenho dúvidas de que o processo irá eventualmente resultar. Há uma multiplicidade de factores que desempenham um papel importante: a ausência de potências militares estrangeiras, o facto do acordo ser o resultado de uma negociação e a exigência de paz feita pela população em geral, que é tão forte que põe ambas as partes sob uma pressão tremenda, no sentido de as coisas serem bem sucedidas. Uma nova ideia surgiu nos termos do acordo, a de as duas forças armadas serem desfeitas e transformadas numa única força armada

antes das eleições e da nova Constituição; e não depois, como aconteceu noutros cessar fogos e noutras cessações de hostilidades recentes. Vejo isto como um princípio positivo que poderá desempenhar um papel vital no sucesso do processo de paz, mas é absolutamente indispensável que haja um estrito controlo e monitorização das forças.

Também há alguns factores negativos: a situação socioeconómica de pobreza, fome e desemprego; a desmobilização que vai deixar mais pessoas desempregadas, controlo defeituoso sobre os armamentos — o que torna a situação também vulnerável ao banditismo armado. E depois há também outros aspectos importantes a resolver, tais como o próprio acto eleitoral. E por estas razões que tenho que qualificar o meu optimismo, e explicar porque é que disse atrás que o processo iria «eventualmente» resultar. O caminho não vai ser fácil e suave. Verificar-se-ão problemas, saltos e sobressaltos — alguns dos quais poderão ser muito sérios.

Como de costume, em casos como este, o ambiente vai estar pesado, cheio de propaganda. As percepções, os erros de percepção e as meias verdades vão estar na ordem do dia. Os dezasseis anos de guerra criaram uma desconfiança fortemente enraizada e estranheza entre as duas partes. Ambas podem ter a tentação de contornar algumas condições do acordo. A UNITA suspeitará provavelmente que o MINSE conspira secretamente contra ela e acusar-se-ão mutuamente de manterem forças clandestinas em reserva. No entanto, prevejo que as possíveis violações do acordo aconteçam principalmente durante a primeira fase de implementação. É vital que tais problemas sejam resolvidos no mais curto prazo possível, para manter o processo em andamento.

Agora compreenderá porque é que dou tanta importância ao papel da CCPM. Mas daqui tenho que partir para a minha terceira condição: as partes e as grandes potências. A CCPM será eficaz na mesma medida em que os seus participantes estiverem continuamente empenhados. E a capacidade de resolver problemas que estão para além da competência da CCPM, *terá* a mesma medida do grande envolvimento continuado de Portugal e das grandes potências.

Tenho um conhecimento aprofundado de exemplos onde a assinatura de um acordo por si só é vista por muitos como um sucesso. O estado de espírito é muitas vezes: conseguimos! Está acabado, eles assinaram! Sucesso, aplausos! Agora pode-mos dedicar-nos a outros problemas.

Não! O verdadeiro sucesso não é concluir um acordo. E fazer funcionar um acordo até ao seu cumprimento completo. Nessa altura é que temos um sucesso. Entregar todos os problemas à CCPM e complacentemente lavar as mãos, poria seriamente em perigo esse sucesso.

E isto leva-me a um factor que não referi até agora, Portugal. Durante encontros ocasionais, antes das negociações, com decisores

portugueses, afirmei que Portugal deveria estar mais envolvido na política africana. Em círculos da NATO, Portugal sempre foi considerado perito em África, mas ninguém pode manter tal estatuto e influência se não se projectar quando a oportunidade se apresenta. Assim, quando Portugal saiu do seu papel secundário para se envolver completamente, fiquei muitíssimo entusiasmado. Quem poderia estar melhor equipado para desempenhar um papel em Angola, senão Portugal? Na minha opinião, o Governo português deveria ser a mão hábil mas suave no leme do barco da paz, através das tempestades da intriga política.